

---

# O Pronaf na perspectiva das relações de gênero no Semiárido norte mineiro: a percepção de mulheres no município de Porteirinha, Minas Gerais



## Pronaf from the perspective of gender relationships in the north mineiro semiarid: the perception of women in the municipality of Porteirinha, Minas Gerais state, Brazil

Santos, Cleonice Elias dos; Rodrigues, Roberto Nascimento

 **Cleonice Elias dos Santos** cleoufv@yahoo.com.br  
CODEVASF, Brasil

 **Roberto Nascimento Rodrigues** beto@ufmg.br  
UFMG, Brasil

### Revista Espinhaço

Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Brasil  
ISSN-e: 2317-0611  
Periodicidade: Semestral  
vol. 12, núm. 1, 2023  
revista.espinhaco@gmail.com

Recepção: 10 Janeiro 2023  
Aprovação: 15 Maio 2023

URL: <http://portal.amelica.org/ameli/journal/485/4853936013/>

DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.7962267>

**Resumo:** A agricultura familiar tem um papel fundamental para o desenvolvimento rural, sendo um dos pilares do setor agrícola brasileiro, o que presume a importância das políticas públicas destinadas ao setor, principalmente de crédito rural, como o Pronaf. Este estudo visa compreender os efeitos do Pronaf, enquanto política de crédito rural, na vida das agricultoras do semiárido norte-mineiro, no município de Porteirinha. O objetivo é analisar a percepção de agricultoras sobre as mudanças ocorridas na situação socioeconômica, assim como nas relações de gênero, em função de terem sido contempladas com créditos provenientes do Pronaf. O estudo baseou-se em entrevistas semiestruturadas com 12 agricultoras que acessaram o Pronaf entre 2005 e 2018, residentes no município de Porteirinha/MG. Verificou-se que a autonomia das agricultoras é restrita apenas à administração da renda exclusivamente feminina e que as transformações proporcionadas não foram significativas no âmbito familiar, no poder de decisão, de gestão e de participação na propriedade. No entanto, houve modificações positivas na realidade e na vida das mulheres, embora o caminho a percorrer para superação das desigualdades nas relações de gênero e inclusão socioeconômica ainda pareça longo.

**Palavras-chave:** Pronaf, Agricultura Familiar, Gênero, Porteirinha/MG.

**Abstract:** Family farming has an important role for rural development, being one of the pillars of the Brazilian agricultural sector, which reveals the importance of public policies specifically designed for this sector, such as Pronaf. This study aims to understand the effects of the National Family Farming Program (Pronaf), as a rural credit policy, on the lives of farmers in the semi-arid north of Minas Gerais (Brazil), in the municipality of Porteirinha. The objective is to analyze the perception of female farmers about the changes that occurred in their socioeconomic situation, as well as in inequality in gender relations, due to having been awarded with credits from Pronaf. The study was based on semi-structured interviews with 12 farmers who accessed Pronaf between 2005 and 2018, residing in Porteirinha. We find that the farmers' autonomy is restricted only to the administration

of female income itself, and that the transformations provided were not significant in the family sphere, management and participation in the property. However, there have been positive changes in the reality and in the lives of women, although the path to overcome inequalities in gender relations and socioeconomic inclusion still seems long.

**Keywords:** Pronaf, Family Farming, Gender, Porteirinha/MG.

## 1. Introdução

A agricultura familiar tem um papel fundamental para o desenvolvimento rural, sendo um dos pilares do setor agrícola brasileiro, o que presume a importância das políticas públicas destinadas ao setor. A criação do Pronaf representou o reconhecimento institucional sobre a importância dos agricultores familiares no Brasil, que foram historicamente excluídos das políticas de desenvolvimento rural. O Pronaf proporciona uma maior democratização dessas políticas, permitindo aos agricultores familiares terem acesso ao crédito rural subsidiado (Saron e Hespanhol, 2012). Assim, o programa contribuiu, de certa forma, para a reversão do quadro seletivo e excludente que historicamente caracterizou a política agrícola implementada no Brasil até a década de 1980, permitindo aos agricultores familiares importantes funções para o desenvolvimento agrícola do país.

Na configuração do desenvolvimento das atividades da agricultura familiar ganha destaque a participação das mulheres, que muitas vezes têm seu trabalho produtivo relegado a um segundo plano, a partir da consideração tão somente da sua atuação no trabalho doméstico (Medeiros e Ribeiro, 2003; Brumer, 2004; Röhnelt e Salamoni, 2010). O pouco destaque das mulheres nas atividades rurais no âmbito da agricultura familiar acaba por reforçar um estereótipo típico de desigualdade nas relações de gênero em favor dos homens e de debilidade na autonomia feminina, seja no que se refere aos espaços de decisão na dimensão do trabalho produtivo ou nas dimensões familiar e sociocultural (Brumer e Anjos, 2008; Lovatto et al., 2010; Lemos, 2016).

As políticas de crédito rural, muitas vezes, tendem a contemplar preferencialmente o universo masculino, de tal maneira que o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar instituiu uma linha de crédito específica para as mulheres, o Pronaf Mulher, na tentativa de, ao impulsionar a consideração da figura feminina como beneficiária titular, contribuir para a redução da desigualdade nas relações de gênero e aumento da autonomia feminina (Brasil, 2001; 2005; 2010).

Nessa perspectiva, pode-se indagar, por exemplo, se as mulheres beneficiárias do Pronaf têm experimentado transformações que lhes proporcionam melhoria nas suas condições de vida e nas relações de gênero e empoderamento feminino. Diante disso, o objetivo deste estudo é analisar as possíveis transformações que o acesso ao crédito rural tem gerado na vida das mulheres beneficiárias do Pronaf, seja do ponto de vista econômico ou no que se refere à sua relação com os demais membros da sociedade onde habitam, notadamente nas relações de gênero, tomando como universo de investigação os créditos rurais concedidos

a mulheres residentes no município de Porteirinha/MG, no período de 2005 a 2018.

## 2. O contexto de inserção do Pronaf e o lócus da investigação

Quando se discutem políticas públicas para mulheres rurais é necessário destacar o contexto em que elas estão inseridas, bem como alguns processos de construção dos programas com os quais foram contempladas. Assim, o foco, no caso das mulheres inseridas no setor da agricultura familiar no município de Porteirinha, pertencente ao semiárido norte-mineiro, requer que se considerem, primeiro, algumas especificidades dessa região. Analisar políticas públicas para mulheres rurais do semiárido implica a compreensão do território nos âmbitos econômico, político, social, histórico e cultural. Entender a dinâmica do espaço em que as mulheres estão é essencial para uma análise mais aprofundada da realidade, o que permite entender melhor a importância e os efeitos dos programas destinados a esse segmento da população no semiárido.

Aguiar et al. (2019) ressaltaram a necessidade de formulação e de implementação de políticas públicas que tenham como objetivo tratar as especificidades do semiárido. Com o advento de uma agricultura preocupada com os fatores ambientais, as políticas públicas para a agricultura familiar em clima semiárido têm como princípio a convivência com o clima (Gomes, 2001; Silva, 2007; Tolentino, 2016; Aguiar et al., 2019; Lemos e Santiago, 2020). Há, inclusive, o Pronaf Semiárido, que constitui uma linha para o financiamento de investimentos em projetos de convivência, focada na sustentabilidade dos agroecossistemas, de modo a priorizar infraestrutura hídrica e implantação, ampliação, recuperação ou modernização das demais infraestruturas, incluindo aquelas relacionadas a projetos de produção e serviços agropecuários e não agropecuários, de acordo com a realidade das famílias agricultoras da região semiárida (Campelo, 2014).

Para Campelo (2014), as políticas públicas de fomento à população rural promovidas pelo Estado são essenciais para o desenvolvimento da agricultura familiar no semiárido. Isso porque não há como pensar no desenvolvimento da agricultura familiar sem a intervenção do Estado, tendo em vista toda a carência da região e os limites impostos pelo clima. No caso das mulheres, a situação é mais grave, pois além de muitas delas não possuírem o título da terra e/ou documentação, o seu trabalho é desvalorizado e a decisão da comercialização é quase sempre centrada nos homens. Todavia, a participação das mulheres rurais em grupos de produção e em eventos políticos tem permitido novos processos e reflexões sobre sua própria situação e sobre aquilo que se passa em torno delas.

Silva (2006), para compreender a trajetória das políticas públicas, contextualizou as ações governamentais no semiárido desde o período colonial até o século XXI, destacando o processo de ocupação do espaço, que contou com a disseminação das atividades produtivas e a criação de instituições para implementar políticas de combate à seca. Silva (2006) também destacou que as políticas emergenciais passaram a ter caráter permanente, relatando assim sobre o processo de transição entre as políticas de combate à seca para as de convivência com o Semiárido. De acordo com Tolentino (2016), o Pronaf Semiárido, diferentemente das antigas políticas, que eram hegemonicamente

voltadas para o combate à seca, voltou-se para uma concepção de convivência e de relação com a natureza (Tolentino, 2016). Este fato proporcionou melhores condições e possibilidades de sobrevivência dos agricultores familiares nesse espaço de produção e reprodução, até porque se trata de uma região que passou por grandes transformações.

Gomes (2001), com o objetivo de estudar os impactos econômicos e sociais da seca e as políticas públicas a ela relacionadas, demonstrou as transformações pelas quais passou o semiárido, que vão desde o declínio da economia agropecuária tradicional até as novas formas de produção (ou de apropriação da renda). Fez também algumas análises sobre o efeito da seca e a dinâmica econômica da região e mostrou que a economia tradicional agropecuária vem enfrentando declínio relativo (em alguns casos, absoluto), há várias décadas, já tendo deixado de ser o setor mais importante do semiárido. Nessa perspectiva, o autor faz uma crítica à realidade do semiárido e às políticas públicas direcionadas à região, além de destacar a nova economia que emergiu, a qual considerou como economia sem produção (as transferências governamentais, aposentadorias e empregos públicos).

Considerando essa realidade e o processo de transformação ocorrido no semiárido, políticas de diversas áreas que permitam a produção do alimento, ainda que voltadas apenas para a subsistência, são essenciais. Nesse caso, o Pronaf, assim como o Pronaf Mulher, pode ter efeito positivo de intervenção na região para a geração de renda, especialmente no caso do semiárido norte-mineiro, onde está localizado o município de Porteirinha, que constitui o universo de análise deste estudo.

Para discutir políticas públicas para mulheres rurais do semiárido norte-mineiro e compreender a situação atual é necessário compreender melhor o espaço, a região, e principalmente, como se deu a evolução econômica desse espaço, como ocorreu o processo de povoamento e como foi o processo de implantação das políticas públicas.

A região Norte de Minas teve sua ocupação e povoamento feitos, predominantemente, por três grupos: os indígenas, os invasores europeus e os escravos africanos. Autores como Mata-Machado (1991), Botelho (1994), Cardoso (1996) e Costa (1997) também abordaram o processo de povoamento do Norte de Minas Gerais. A síntese dessas abordagens, apresentada por Santos e Silva (2011) revela que as primeiras populações que habitaram a região foram as nações indígenas Tapuias e Caiapós. Mas de acordo com Chaves (2005), a primeira incursão no norte mineiro de caráter colonizador foi realizada pelo castelhano Francisco Bruzza de Spinosa, entre 1553 e 1554, motivada pelas notícias da existência de pedras e metais preciosos nos sertões. A partir do século XVII os povos indígenas foram mortos, escravizados ou expulsos pelos integrantes das bandeiras paulistas e pelos vaqueiros que seguiram o curso do Rio São Francisco desde a Bahia e Pernambuco, quando a região passou a ser importante rota de suprimento das minas e da fuga de ouro (Chaves, 2005).

Essa ocupação permitiu uma mistura de traços culturais característicos desses povos, sendo que os indígenas influenciaram de modo bem marcante a região (Rodrigues, 2000). A economia norte-mineira, a princípio, evoluiu como extensão da economia açucareira. A bovinocultura extensiva surgiu com o objetivo de abastecer a zona açucareira. Porém, tal atividade tinha

uma rentabilidade relativamente baixa, constituída pela venda do gado e pela exportação do couro. A articulação econômica do Norte de Minas com o Nordeste iniciou-se desde o período colonial, já que são regiões com características similares. O subdesenvolvimento da região era visto como consequência da seca, a partir de uma visão reducionista. De acordo com Rodrigues (2000), no final dos anos 1950, surge um novo olhar sobre o subdesenvolvimento, quando os fatores ecológicos, econômicos, sociais e políticos também passaram a ser considerados responsáveis pela condição econômica da região.

Nesse contexto, o subdesenvolvimento do Norte de Minas é um problema social e econômico, proveniente do processo histórico e não apenas um problema físico e geográfico. A criação da Sudene, com vistas a promover o desenvolvimento, permitiu condições favoráveis para o crescimento econômico do Norte de Minas, onde o Estado teve um papel importante para expansão do capital, uma vez que assegurava as condições necessárias para o financiamento das indústrias, vistas como promotoras de dinamismo econômico (Cardoso, 2000).

Situado no semiárido mineiro, o município de Porteirinha foi escolhido como universo de investigação por agregar um número elevado de mulheres rurais que fazem parte do Coletivo de Mulheres do Norte de Minas, por meio do qual já discutem seus direitos, fato que, de certa forma, não apenas facilitou a pesquisa sobre a atuação do Pronaf, como também favoreceu a discussão sobre a percepção de tal atuação, na perspectiva das relações sociais de gênero.

Em 2000, residiam em Porteirinha um total de 37.761 pessoas, 48,0% delas no meio urbano e a maioria (52,0%) na zona rural (IBGE, 2000). Em 2010, por ocasião do recenseamento censitário, a população de Porteirinha havia decrescido para 37.627 habitantes, dos quais 51,4% residiam no setor urbano e 48,6% em área rural (IBGE, 2010). Portanto, a maioria da população passou a residir no perímetro urbano do município. A extensão territorial de Porteirinha é de 1.749,68 km<sup>2</sup> e a densidade demográfica, em 2010, era de 21,5 hab./km<sup>2</sup>. A população estimada pelo IBGE para Porteirinha em 2020 é de 37.864 habitantes, com taxa de crescimento anual de 0,06% entre 2010 e 2020 (IBGE, 2020). Embora a estimativa não tenha sido desagregada por setor de residência, é de se esperar que a maior parte da população permaneça residindo no meio urbano, mas o segmento de população rural ainda seja muito expressivo.

Porteirinha, a exemplo do conjunto do Brasil e de Minas Gerais, vem experimentando um processo de envelhecimento populacional. Dados divulgados pela plataforma IDH (PNUD, 2010) mostram que, em 2000, a razão de dependência – percentual da população de menos de 15 anos e da população de 65 anos e mais (população dependente) em relação à população de 15 a 64 anos (população em idade ativa) – era de 59,6%, tendo diminuído para 46,1% em 2010. Paralelamente, a taxa de envelhecimento – razão entre a população de 65 anos ou mais de idade em relação à população total – aumentou de 5,8% em 2000 para 8,3% em 2010. Esse processo de envelhecimento populacional é resultante da combinação de redução expressiva da taxa de fecundidade total – número médio de filhos nascidos vivos, por mulher em idade reprodutiva – (que em Porteirinha decresceu de 5,1 em 1991 para 3,0 em 2000 e 1,8 em 2010), elevação da longevidade (a esperança de vida ao nascer aumentou de 60,6 anos em 1991 para 66,9 anos em 2000 e para 72,7 anos em 2010), e saldo migratório

negativo (a maioria dos emigrantes é constituída por pessoas jovens em idade ativa e reprodutiva).

O índice de desenvolvimento humano municipal (IDHM) de Porteirinha manteve-se em patamar considerado baixo em 1991 (0,314) e 2000 (0,482) e passou para a faixa de nível médio em 2010 (0,651) (PNUD, 2010). O crescimento do índice deveu-se, sobretudo, ao componente educação (medido pelos percentuais de pessoas com 18 anos ou mais de idade com ensino fundamental completo, de 5 a 6 anos na escola, de 11 a 13 anos nos anos finais do ensino fundamental, de 15 a 17 anos com fundamental completo e de 18 a 20 anos com ensino médio completo), embora tenha havido também melhoria nos componentes longevidade (esperança de vida ano nascer) e renda (renda per capita).

Em 2017, o PIB per capita de Porteirinha era de R\$ 8.663,01, com 8,7% da população ocupada. Também em 2017, o salário médio mensal dos trabalhadores formais era de 1,8 salário mínimo (IBGE, 2017). A economia do município se estrutura principalmente com base no setor agropecuário, onde está concentrada a maior parte da população ocupada. As principais atividades econômicas são a pecuária de leite e corte, agricultura familiar voltada para a pequena produção de hortifrutigranjeiros, mel e extrativismo sustentável, pequenas agroindústrias de leite e derivados, cana e derivados e mandioca e derivados, além de comércio e serviços diversos (IBGE, 2017).

Os dados do Censo Agropecuário de 2017 revelam que Porteirinha possui 3.241 estabelecimentos agropecuários, sendo 2.556 (78,9%) da agricultura familiar, considerando os requisitos para classificação da agricultura familiar ou empreendimentos familiares estabelecidos no Decreto 9.064. Do total de estabelecimentos, 50,9% são propriedades individuais e os 49,1% restantes são geridos por meio de condomínio, consórcio ou união de pessoas. Em 2006 a situação era bem diversa, com 99,5% dos 3.546 estabelecimentos agropecuários sendo de propriedade individual. A composição por sexo dos proprietários de estabelecimento agrícolas não variou entre 2006 e 2017, sendo a maioria (85,6%) de homens e 14,4% de mulheres (IBGE, 2017).

Do total de 1.011 estabelecimentos que contaram com financiamento, quase dois terços (66,1%) foram contemplados com recursos do Pronaf, o que demonstra a importância que esse sistema de crédito rural tem no município de Porteirinha, assim como para as agricultoras que acessaram o crédito. Tal fato corrobora a importância de analisar as possíveis transformações ocorridas na vida dessas mulheres, principalmente nas relações de gênero e no empoderamento feminino.

### **3. O Funcionamento do Pronaf em Porteirinha**

Para discussão sobre o processo de implantação do Pronaf no município de Porteirinha e sua importância para o desenvolvimento da agricultura familiar, foram coletadas informações em algumas instituições envolvidas com o Pronaf, como Emater, Sindicato de Trabalhadores Rurais, Empresa Ponto 2 – Consultorias e Projetos e o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável. Há outras instituições envolvidas com o Pronaf, como as

instituições financeiras e outras empresas privadas, mas as adversidades impostas pelo isolamento social impediu que fossem contatadas.

Informações obtidas durante a pesquisa de campo revelaram que as parcerias entre as diversas instituições responsáveis pela gestão do Pronaf (citadas acima) foram essenciais para a divulgação da política pública e para a orientação dos agricultores familiares no processo de implantação do Programa no município de Porteirinha.

Cada instituição possui um papel para implementação do Pronaf no município e o trabalho de cada uma delas ocorre de forma individual ou como uma rede de parcerias para a execução do Programa. A Emater, assim como outras instituições, é responsável, pela emissão da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), pela orientação dos agricultores e, a princípio, elaborou alguns projetos. No entanto, pela escassez de técnicos e pelo excesso de atividades atribuídas à referida instituição, atualmente os projetos são elaborados por instituições privadas. De acordo com informações da Emater, existem no município quatro empresas privadas responsáveis pela elaboração dos projetos.

O Sindicato de Trabalhadores Rurais de Porteirinha, de acordo com informações da Secretária da Pasta da Agricultura e da Agroecologia, também é responsável pelo preenchimento da DAP, principalmente para colaborar com as outras instituições envolvidas, como a Emater, por exemplo. O Sindicato de Trabalhadores Rurais, enquanto representante da classe, tem conhecimento da realidade dos agricultores, o que permite melhor caracterização da agricultura familiar, de modo a impedir injustiças ou privilégio no acesso ao crédito. Os membros do sindicato responsáveis pela emissão da DAP foram capacitados pelo então Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

Já o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável tem missão importante na implementação e operacionalização do Pronaf, sendo responsável pela orientação, convocação para as reuniões e transmissão de informações. Isto, contudo, não significa dizer que o CMDRS implementa ou operacionaliza o Pronaf.

A empresa Ponto 2 – Consultoria e Projetos atua na elaboração dos projetos e informou que o acesso ao crédito depende das atividades a serem desenvolvidas com o recurso. Para submissão dos projetos são exigidos documentos pessoais, como cadastro de pessoa física, identidade, Declaração de Aptidão ao Pronaf e documentos da terra – escritura ou declaração de posse –, sendo que a escritura deverá ser registrada e a declaração de posse deverá ser emitida pelo sindicato. Um documento que antes não era exigido e atualmente é solicitado é o Cadastro Ambiental Rural (CAR), que se baseia em informações sobre as fontes de água que serão utilizadas para o desenvolvimento da atividade após o acesso ao crédito. Se a água utilizada for proveniente de poço ou rio, a licença deverá ser apresentada; se for proveniente da chuva, deverá ser apresentada uma declaração. Como muitas vezes o acesso ao crédito visa o desenvolvimento da pecuária de leite e aumento do rebanho, para elaboração do projeto é exigida a ficha sanitária, com vistas a comprovar a devida vacinação dos animais já existentes na propriedade. É exigido ainda o orçamento e as informações sobre a propriedade para composição do projeto.

Para elaboração dos projetos a empresa cobra normalmente um montante que corresponde a 2% do valor total do crédito financiado, mas no caso de acesso ao

crédito de alto valor, o pagamento é negociado entre a empresa e os agricultores. Após a aprovação do crédito, o pagamento à empresa é realizado, tendo em vista que a taxa de pagamento vem incluída no financiamento. A empresa acompanha apenas a gestão financeira do crédito e a emissão de notas fiscais. Assim como as instituições públicas e as organizações da sociedade civil, as empresas privadas possuem um papel essencial para implementação do Pronaf no município de Porteirinha. Elas são responsáveis pela elaboração dos projetos, os quais são requisitos para acessar o crédito do Programa.

A princípio, o Pronaf beneficiou as famílias de agricultores familiares do município, com os titulares do crédito sempre representados pela figura masculina, uma vez que a DAP era emitida em nome do homem ou chefe da família. Com isto, no início, as mulheres rurais que necessitavam do crédito para desenvolvimento das suas atividades, sejam agrícolas ou não agrícolas, ficaram prejudicadas. Porém, com a pressão do movimento das mulheres do município em busca dos seus direitos e após o entendimento pelas instituições envolvidas na gestão do Programa sobre a possibilidade de dupla titularidade da DAP, as agricultoras passaram a ter acesso ao crédito.

Isto aconteceu ainda antes da implantação do Pronaf Mulher no município, que ocorreu a partir de 2005. Porém, de acordo com a Secretária da Pasta de Agricultura e de Agroecologia do Sindicato de Trabalhadores Rurais, mesmo com o Pronaf Mulher nem 1% das agricultoras do município acessaram o crédito, devido ao preconceito de gênero. Apesar de ser uma política destinada especificamente para as mulheres e que visa a autonomia econômica delas e a superação das desigualdades de gênero, as mulheres enfrentaram diversos preconceitos e entraves, principalmente nas instituições financeiras responsáveis por disponibilizar o financiamento. A escassez do número de agricultoras que acessaram o crédito também pode ser atribuída aos entraves operacionais ocasionados pelo próprio instrumento de operacionalização da política, a DAP, mesmo com a possibilidade de dupla titularidade.

De acordo com relatos da Secretária da Pasta de Agricultura e Agroecologia do Sindicato, ao solicitarem o acesso ao Pronaf Mulher as agricultoras enfrentavam preconceito e, por isso, era oferecido o Pronaf familiar, com base na dupla titularidade. Em alguns casos as instituições financeiras prometiam disponibilizar o crédito via Pronaf Mulher, mas no ato da assinatura do contrato era verificado que o crédito disponibilizado era proveniente do Pronaf familiar. Isto levou o movimento de mulheres a solicitar que as instituições financeiras disponibilizassem um relatório comprovando a situação de adimplência das agricultoras que já haviam acessado o crédito, com vistas a verificar se havia motivos efetivos para o preconceito. No entanto, o relatório não foi disponibilizado, uma vez que a maioria das agricultoras não era inadimplente.

Ainda assim, de acordo com a Emater e o Sindicato de Trabalhadores Rurais, o Pronaf foi importante, já que permitiu o desenvolvimento das atividades e incentivou a produção, a melhoria na propriedade rural, nas moradias e na qualidade de vida das famílias, com ampliação das atividades, e até mesmo da propriedade, e a geração de renda.

#### 4. Breve discussão conceitual sobre gênero e empoderamento feminino

Para que a influência do Pronaf sobre gênero e empoderamento feminino seja discutida é primordial que se entenda o conceito adotado, o que requer discorrer, ainda que sucintamente, sobre as origens da discussão envolvendo gênero enquanto categoria conceitual e como esse termo vem sendo utilizado no decorrer da história.

De acordo com Scott (1989), o termo gênero era utilizado pelo movimento feminista como maneira de referir-se à organização social das relações entre os sexos. O uso do termo apareceu, a princípio, no discurso feminista americano, fundamentado no caráter social das distinções baseadas no sexo. As pesquisas sobre o tema consideravam que a desigualdade de poder se organizava em três eixos – classe, raça e gênero –, porém não existia uma paridade entre os três termos, tendo em vista que a categoria classe baseava-se na teoria marxista da determinação econômica e da mudança histórica, ao passo que as categorias raça e gênero não consideravam tais associações (Baqueiro, 2006; 2013; Berth, 2019). Assim, a teorização de gênero não se distanciava dos padrões tradicionais das ciências sociais (Scavone, 2008; Chabaud-Rychter et al., 2015). Por isso, a partir das críticas sobre a teoria, uma abordagem alternativa foi proposta, principalmente pelos historiadores, com uma perspectiva mais descritiva, sem atribuição da causalidade, sem interpretação e sem explicação da realidade (Scott, 1989; 1995; Favareto, 2019).

Nesse contexto, para Scott (1989), o uso da categoria gênero foi uma procura de legitimidade acadêmica pelas feministas nos anos 1980, pois nas pesquisas anteriores o termo era sinônimo de mulheres. No entanto, era também igualmente utilizado para designar as relações sociais entre os sexos, indicando as construções sociais sobre os papéis de homens e mulheres na sociedade. Com isso, nas abordagens de gênero eram utilizadas várias análises, resumidas em três posições teóricas: uma que consistia no esforço feminista para explicar as origens do patriarcado, outra baseada na tradição marxista e a procura da crítica feminista, e por último o estruturalismo francês e as teorias anglo-americanas para explicar a produção e a reprodução da identidade de gênero e do sujeito (Pereira, 2015; Barragón et al., 2016). A preocupação teórica de gênero como categoria de análise apareceu no final do século XX, com objetivo de discutir sobre o sistema de relações sociais entre os sexos. Assim, no decorrer da história da luta feminista, o conceito de gênero foi sendo redefinido e reestruturado (Scott, 1989; Schaaf, 2003; Sorj, 2016).

Com isso, Gurgel (2010) pontua que a luta do feminismo segue se redefinindo em busca do direito das mulheres, de acordo com o contexto e com a realidade. O movimento feminista em defesa do direito das mulheres, no decorrer da história, enfrentou diversos desafios (Pinto, 2010). Houve luta pela consolidação do poder popular contra a expansão da burguesia, pelo direito de participar da vida pública no campo do trabalho, da educação e da efetividade política (Fraccaro, 2018). Até porque o regime burguês reafirmou a hierarquia no âmbito familiar, colocando a figura masculina como chefe de família e os demais membros como subordinados, como base para a organização social (Castro, 1997; Gurgel, 2010; Garcia, 2015; Teles, 2017).

No século XIX, a luta das mulheres foi pela emancipação e pelo sufrágio, no contexto em que a consolidação do capitalismo permitiu alterações no âmbito social, econômico e político que impactaram a vida das mulheres. No entanto, elas permaneceram excluídas dos direitos civis e políticos e houve ainda a legitimação da desigualdade entre os sexos. Nos anos 1960 e 1970, as mulheres lutavam e discutiam em busca do reconhecimento e da desnaturalização do papel social da mulher, com base no discurso de Simone de Beauvoir, em seu livro “O Segundo Sexo”, com a tese de que não se nasce mulher, torna-se mulher, recolocando em cena que o papel da mulher é uma construção social e não uma determinação biológica, sustentada, inclusive, pela ideologia capitalista, nos seus mecanismos de dominação e opressão (Gurgel, 2010).

Ainda segundo a periodização proposta por Gurgel (2010), nos anos 1980 as demandas feministas foram atualizadas, com questionamentos sobre a totalidade da vida social, e tiveram como centro o confronto ao capitalismo e ao patriarcado, e as formas de fazer políticas, com radicalização das contradições entre os interesses das mulheres, o papel do Estado e os interesses de classe. Já nos anos 1990, houve um período de mudanças na identidade de organização das mulheres, tendo em vista que as ONGs passaram a intermediar a luta dos movimentos feministas.

Sendo assim, sem desconsiderar como foi construída e teorizada a categoria gênero no decorrer da história e a luta dos movimentos feministas em busca do direito das mulheres, para analisar a influência do Pronaf nas relações de gênero, na percepção das agricultoras, a categoria gênero será voltada apenas para discutir e significar as relações de poder entre homens e mulheres no âmbito da agricultura familiar, como um elemento constitutivo das relações socialmente construídas, baseadas nas diferenças entre os sexos. Para tanto, em termos conceituais, é utilizada a definição de Correia (2011), que considera que gênero é uma ferramenta para pensar e discutir de forma crítica as concepções de feminino e masculino, em que as desigualdades são referidas e apontadas com base em categorias de status e papéis sociais destinados a homens e mulheres na sociedade. Na verdade, gênero é considerado como a organização social da diferença sexual.

## 5. Método de investigação

Para obtenção de dados empíricos sobre o Pronaf, e notadamente sobre o Pronaf Mulher, no município de Porteirinha, foi realizada pesquisa de campo com agricultoras beneficiadas pelo Programa, por meio de entrevistas com a utilização de roteiro semiestruturado. Os sujeitos da pesquisa foram 12 agricultoras, titulares do Pronaf, que acessaram o Programa no período de 2005 a 2018, residentes no meio rural, no município de Porteirinha/MG. As mulheres entrevistadas foram selecionadas em meio àquelas atendidas pela Emater, associadas ao Sindicato de Trabalhadores Rurais, ligadas ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável, participantes do Coletivo de Mulheres do Norte de Minas e membros da Associação de Mulheres de Jurema e da Associação de Agricultores do Povoado Salobro. Diante das restrições impostas pelo surgimento do coronavírus, metade das entrevistas com

as agricultoras foram realizadas de forma presencial, individualmente, e outra metade por telefone.

As entrevistas foram gravadas, com autorização pelas entrevistadas, e todos os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. No caso de entrevistas por telefone o termo foi lido e a entrevista foi iniciada somente após autorização expressa da pessoa entrevistada.

## **6. O que elas dizem: a percepção das agricultoras sobre os reflexos do Pronaf nas relações de gênero**

O perfil sociodemográfico das 12 beneficiárias entrevistadas revela que, na data da pesquisa, elas estavam na faixa etária de 37 a 52 anos, metade estava casada, uma declarou-se separada/divorciada e as demais viviam em união consensual. Em síntese, são mulheres mães, agricultoras, do lar, produtoras de queijo, auxiliares de serviços em escolas municipais, confeccionistas, agentes de saúde do meio rural e urbano e presidentes de associações. No conjunto, são mulheres cujo nível de escolaridade, em mais da metade dos casos, é ensino fundamental completo. Apenas duas entrevistadas possuem o nível médio e três têm nível superior. As agricultoras que possuem nível superior são graduadas em Pedagogia, mas não exercem a profissão, tendo em vista que trabalham como auxiliares de serviços gerais em escolas rurais do município ou como agentes de saúde do meio rural, além das atividades agrícolas e domésticas praticadas por elas. As agricultoras beneficiárias do programa possuem uma renda média mensal que varia entre 1 e 2 salários mínimos. A maioria delas não possuía benefício social ou assistencial, nem aposentadoria. Apenas duas agricultoras do povoado Salobro possuíam o benefício bolsa família.

Com apenas uma exceção, a titularidade da terra pertencia aos cônjuges, companheiros ou aos pais e não às agricultoras que solicitaram o crédito do Pronaf. Essa realidade está de acordo com o que percebeu Brumer (2004), ao analisar a situação das mulheres agricultoras no Rio Grande do Sul, ao relacionar as questões de gênero no âmbito da agricultura familiar. Por meio dessa análise, a autora, ao inferir sobre os padrões de transmissão do patrimônio rural no segmento da agricultura familiar, destacou que, de modo geral, as filhas mulheres não herdaram a terra, a não ser que seu marido seja agricultor. Portanto, as condições de reprodução dos estabelecimentos familiares são pautadas, além de outros fatores, pela desigualdade de gênero.

Todas as agricultoras entrevistadas participam de alguma associação rural das comunidades, seja como membros seja na direção da organização. A participação política das mulheres rurais opera como agenciador entre o privado e o público. Por isso, as reflexões de gênero estão inter-relacionadas com a participação política. De acordo com Maciazeki-Gomes et al. (2016), os lugares de invisibilidade e de submissão que foram destinados às mulheres produziram os movimentos em busca da garantia dos seus direitos e da participação política. No caso das mulheres rurais, a organização surgiu associada a vários movimentos que emergiram no Brasil, no período de redemocratização, quando as mulheres rurais, em defesa dos seus direitos e do reconhecimento como trabalhadoras rurais se mobilizaram, visando romper o ciclo histórico de desigualdade, de opressão e de pouca participação da mulher rural (Maciazeki-Gomes et al., 2016).

## 7. Reflexos do Pronaf sobre as relações de gênero no meio rural

As relações de poder e de produção no meio rural são estruturadas também pela desigualdade entre homens e mulheres, que se expressa de diversas formas, e em várias dimensões, seja econômica, política, social ou afetiva e psicológica. A desigualdade traz informação sobre a relação que as mulheres têm com as políticas públicas de desenvolvimento rural (Brasil, 2005).

As agricultoras entrevistadas se sentiram valorizadas ao saber do Pronaf enquanto política de crédito para agricultura familiar e da possibilidade de acesso destinado especificamente às mulheres.

Achei bom. Era uma nova possibilidade pra nós mulheres. (Agricultora, 37 anos).

Assim eu achei que foi melhor porque a gente tem autoridade de fazer alguma coisa, de fazer algo às vezes pra ajudar. A gente vê que a gente pode. Pode inclusive investir, né? Tem pessoas que deseja fazer algo e não tem condição, né? E ela sabendo que a partir daquilo ela pode fazer né, eu acho muito bom, né? (Agricultora, 42 anos).

Na percepção das agricultoras, houve mudanças positivas na vida delas após o acesso ao crédito, em várias dimensões, mas as questões financeiras e o aumento do poder aquisitivo foram os mais ressaltados. Isto indica um certo empoderamento econômico, mas que, por si só, não é capaz de determinar que tal empoderamento contribui para o aumento da equidade de gênero no campo, a despeito das transformações econômico-financeiras.

No que se refere aos processos decisórios das agricultoras das comunidades rurais de Porteirinha, o Pronaf, assim como outras políticas públicas para a agricultura familiar, reforça a hegemonia masculina e as desigualdades de gênero no meio rural, por não atender aos diversos contextos encontrados no campo, devido às diferentes formas de organização e de relacionamento familiares. Assim, o processo de empoderamento também não é homogêneo, pois depende do contexto e das relações sociais em que as mulheres estão inseridas (Silva, 2019).

A renda proveniente da produção adquirida a partir dos recursos do Pronaf, segundo as agricultoras entrevistadas, é destinada principalmente para educação dos filhos, aquisição de bens e equipamentos domésticos, reforma da casa, investimento na propriedade, aumento do rebanho, construção de infraestruturas hídricas, como cisterna e mini sistema de abastecimento de água.

Principal destinação da renda [foi que] investimos na casa. Comprei, fiz minhas coisas... Compramos também mais umas vacas. (Agricultora, 37 anos).

A gente investe tudo no terreno, né? Poço artesiano, cerca, curral, um mini sistema de abastecimento de água para irrigação para plantio de capim... (Agricultora, 42 anos).

Diante dos fatos, relacionar os reflexos de gênero a partir da destinação da renda proveniente da produção adquirida pelos recursos do Pronaf é um paradoxo, pois o investimento é feito em atividades de interesse tanto dos homens quanto das mulheres. Por esse parâmetro, o acesso ao Pronaf, em si, não resultou em maior equidade de gênero, tendo em vista que os investimentos são voltados para a família em geral e não apenas para as agricultoras. Além disso, a decisão de investir e onde investir não é uma prerrogativa exclusivamente das mulheres.

Sobre a valorização das agricultoras após o acesso ao Pronaf, elas relataram que se sentiram mais valorizadas, inclusive pela família, por contribuírem

com a geração de renda familiar e conseqüentemente com as transformações econômicas pelas quais passaram as famílias de várias agricultoras. A valorização, segundo algumas delas, refere-se ao fato de contribuírem para a realização dos projetos financeiros familiares e de alguns sonhos das próprias agricultoras, principalmente a educação dos filhos.

Eu sempre sonhei dos meus filhos fazerem faculdade. Elas fizeram, né? Foi tudo assim: o acesso à educação foi depois do Pronaf; antes não tinha jeito. (Agricultora, 45 anos).

Na visão das agricultoras entrevistadas, após o acesso ao crédito a participação na propriedade, de certa forma, aumentou, no sentido de decidir se o plantio deverá ser realizado ou não, e às vezes, o que deverá ser produzido na agricultura. Segundo as agricultoras, elas têm grande participação no ato de decidir e, com o acesso ao crédito, essa participação aumentou ainda mais. Tal fato deve estar também relacionado à racionalidade da agricultura familiar nas significações sobre a terra, sobre a propriedade e com as questões culturais.

Minha participação aumentou. Meu marido fala: aqui não chove, eu não vou plantar milho. Eu falo: vamos plantar sim. Eu ponho ele pra frente. (...) Às vezes ele tem razão porque gasta e pode perder, né? Mas eu acho que não pode perder a fé de Deus não. Então a gente planta mesmo assim. Ele me houve. (Agricultora, 46 anos).

A participação na propriedade aumentou na decisão do que produzir e também na criação de galinha. (Agricultora, 39 anos).

O que se percebe no discurso das agricultoras é que essa participação na propriedade está relacionada à racionalidade da agricultura familiar, nas crenças e nos princípios culturais que se estabelecem com a terra, na propriedade e no poder de decisão. A racionalidade do agricultor está presente na forma de organização da unidade produtiva e pode persistir em contextos diversos. Nesse sentido, a agricultura familiar se caracteriza por uma lógica específica que confere aos agricultores um modo particular de pensar a sua existência e construir as suas representações sobre o mundo que o cerca e sobre as dificuldades encontradas em seu contexto (Lopes et al., 2016). Quanto a isso, o aumento da participação das agricultoras na propriedade está relacionado aos princípios culturais e ideológicos e à racionalidade da agricultura familiar das comunidades.

Apesar da necessidade de avanços, na percepção das beneficiárias a equidade de gênero é um processo e vêm acontecendo melhorias no decorrer dos anos, tendo em vista que, segundo elas, as gerações mais recentes (as filhas) vêm tendo direitos que as agricultoras culturalmente não possuíam. Tal situação coaduna-se com o que acreditam Renk et al. (2010), que as gerações mais atuais gozam de direitos que anteriormente eram inconcebíveis para as gerações antigas.

## **8. A inclusão socioeconômica e produtiva e as melhorias nas condições de vida**

Ao analisar a importância do Pronaf para os agricultores familiares, Borges et al. (2018) concluíram que o surgimento do Programa permitiu transformações da realidade da agricultura familiar e trouxe vários benefícios, como melhoria dos processos produtivos relacionados aos diversos segmentos. Outra melhoria verificada refere-se ao retorno do investimento pois, com o auxílio do Pronaf, os

agricultores passam a ampliar seu investimento e, por consequência, aumentar a composição de sua renda por meio do crescimento da comercialização de seus produtos.

Embora a influência do Pronaf sobre mudanças positivas nas relações de gênero e empoderamento feminino não tenha sido unanimidade, na percepção das beneficiárias do Programa, em Porteirinha, o impacto favorável de melhorias nas condições de vida foi unânime. O investimento em infraestrutura, por exemplo, apesar de não gerar renda, permite melhoria das condições de vida das agricultoras e ameniza os prejuízos na propriedade.

A situação melhorou após o acesso ao Pronaf. Assim, igual eu te falei, aqui em casa não tinha água, né? Então quando acabava a água... Melhorou o acesso à água, e sem a cerca sempre entrava animal e destruía em parte a produção. Com a cerca a produção ficou mais protegida, eu tive mais renda. Por isso, diminuiu o prejuízo. (Agricultora, 39 anos).

A situação financeira da família melhorou depois do acesso ao Pronaf, pois antigamente meu marido saía do café para trabalhar. Agora não precisa dele ir mais, né? Trabalhava nos cafezais do Sul de Minas por aí minha filha, nas atividades sazonal, uma vez no ano. Agora depois do crédito o meu leite gera renda, não precisa mais ele ir. (Agricultora, 42 anos).

A situação da família melhorou depois do acesso ao crédito sim. Porque, assim, antes as vezes a gente não tinha condição de tá investindo para adquirir algo a mais, né? A gente só tinha aquilo, só tinha como manter aquilo, às vezes não tinha como comprar. Aí, depois que a gente passou fazer esses créditos lá, esses empréstimos, a gente teve condição de comprar mais e aumentar. Na época nós tinha uma vaca e com o Pronaf, hoje, a gente tem, acho que umas sete. A gente foi comprando e a gente conseguia pagar porque tinha a renda do que comprou para ajudar. (Agricultora, 42 anos).

Após o acesso ao crédito houve algumas mudanças referentes ao poder aquisitivo, que possibilitaram aquisição de lotes, propriedades rurais e urbanas, reforma da casa das agricultoras, aquisição de objetos domésticos e de bens para a família.

Reforma da casa, sim, eu fiz. Troquei meu sofá que tava bem velho, puxei uma varanda, uma área né, que eu coloquei o fogão a lenha, e outras coisinhas, né? (Agricultora, 37 anos).

A despeito de alguns percalços, de maneira geral as agricultoras entrevistadas associaram o Pronaf à inclusão social e econômica, ainda que de forma abrangente a todo universo familiar e não de forma restrita à inclusão feminina. Houve aumento do poder aquisitivo com a melhoria das condições financeiras, fato que permitiu o acesso ao cumprimento dos projetos financeiros das famílias, principalmente das agricultoras. O Pronaf permitiu melhoria nas condições financeiras, aumento da renda, da produtividade, até mesmo a geração de emprego e facilitou o acesso à educação, configurando melhoria das condições de vida das agricultoras. No entanto, o reconhecimento da importância das mulheres para o desenvolvimento da agricultura familiar ainda é um processo em construção, que depende de transformações no âmbito cultural, pois a cultura patriarcal machista prevalece arraigada, influenciando para que os avanços na equidade de gênero não aconteçam plenamente.

No caso de Porteirinha, e mais especificamente do segmento de agricultoras entrevistadas, o Pronaf exerce papel importante na melhoria das condições de

vida da população e das mulheres, em particular. No entanto, as desigualdades nas relações de gênero, em desfavor das mulheres, não foram resolvidas integralmente. Nesse campo houve sim, avanços, mas ainda há muito a ser conquistado pelas mulheres.

## 9. Considerações finais

A reflexão sobre as transformações fomentadas pelo Pronaf na vida das agricultoras pressupõe que o acesso às políticas de crédito permite mudanças da realidade em várias dimensões, o que sugere que o Programa deveria ser considerado como instrumento capaz de contribuir para modificar a realidade rural, possibilitando melhoria das condições de vida das mulheres inseridas em atividades rurais próprias da agricultura familiar. Tais transformações estão ligadas, principalmente, ao processo de empoderamento feminino e às relações de gênero no campo.

Sobre os reflexos do Pronaf nas relações de gênero, a partir da percepção das beneficiárias em torno do assunto, considerou-se que as transformações proporcionadas não foram significativas no âmbito familiar, no poder de decisão, de gestão e de participação na propriedade após o acesso ao crédito. Inclusive, há uma certa reprodução do discurso e de algumas práticas pautadas pela cultura patriarcal que reafirma a desigualdade de gênero no seio da agricultura familiar. Nesse contexto, ficou evidente que, no caso das agricultoras entrevistadas, o acesso ao Pronaf não contribuiu diretamente para a autonomia feminina e igualdade de gênero.

No entanto, em síntese, a análise da percepção das agricultoras beneficiárias do Pronaf evidencia que a trajetória do Programa, no município de Porteirinha, permitiu algumas transformações na realidade e na vida das mulheres, embora o caminho a percorrer para superação das desigualdades que marcam as relações de gênero, empoderamento feminino e inclusão socioeconômica e produtiva ainda pareça longo.

Há que se considerar que o presente estudo foi baseado na percepção de um universo específico de beneficiárias do Pronaf e que, portanto, os resultados podem não refletir o cenário para o conjunto do município de Porteirinha. É recomendável que estudos futuros possam ser elaborados com base em um universo maior de casos e com foco, também, nos efeitos indiretos que o Programa pode ter tido sobre o empoderamento das novas gerações. O certo é que, independentemente desta limitação, parece inegável que o Pronaf constitui uma das políticas públicas mais importantes para o desenvolvimento da agricultura familiar brasileira, e o universo investigado no município de Porteirinha não configura uma exceção.

## Referências

- Aguiar, Luane Conceição; DelGossi, Mauro Eduardo; Oliveira, Luiz Guilherme; Ávila, Mário Lúcio (2019). As políticas públicas no semiárido brasileiro: uma revisão de literatura. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v. 50, n. 2, p. 9-22, abr./jun.
- Baquero, Rute (2006). Empoderamento: questões conceituais e metodológicas. *REDES – Revista do Desenvolvimento Regional*, v. 11, n. 2, p. 77-93, maio/ago., 2006.

- Baquero, Marcello (2013). *Qual Democracia Para a América Latina?: capital social e empoderamento são a resposta?*. Porto Alegre: UFRG.
- Barragón, Margarita; Lang, Miriam; Chávez, Dunia M.; Santinala, Alejandra (2016). Pensar a partir do feminismo: críticas e alternativas ao desenvolvimento. In: Dilger, Gerhard; Lang, Miriam; Pereira Filho, Jorge (Orgs.). *Descolonizar o imaginário: Debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento*. São Paulo: Fundação Rosa de Luxemburgo.
- Berth, Joice (2019). *Empoderamento: Feminismos Plurais*. São Paulo: Pólen.
- Borges, Gerylson Girão; Silva, Maria do Carmo Lopes; Coutinho, Elane Maria de Castro (2018). Análise da importância do Pronaf para os agricultores familiares. *Revista Expressão Católica*, Quixadá, v. 7, n. 1, p. 20-26, jan.
- Botelho, Tarcísio Rodrigues (1994). *Famílias e escravarias: demografia e família escrava no Norte de Minas Gerais no séc. XIX*. Dissertação de Mestrado em História Social. Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Brasil, Ministério do Desenvolvimento Agrário (2001). *Portaria n 121 de maio de 2001*.
- Brasil, Ministério do Desenvolvimento Agrário (2005). Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural. *Cirandas do Pronaf para mulheres*. Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural.
- Brasil (2010). Gestão de políticas públicas em gênero e raça/GPP-GER: módulo I, *Políticas Públicas e Promoção da Igualdade*. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres.
- Brumer, Anita (2004). Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 12, n.1, p. 205.
- Brumer, Anita; Anjos, Gabriel dos (2008). Gênero e reprodução social na agricultura familiar. *Revista NERA*, v. 11, n.12, p. 6-17.
- Cardoso, José Maria Alves (1996). *A Região Norte de Minas Gerais: um estudo da dinâmica de suas transformações espaciais*. Dissertação de Mestrado. Departamento de Economia, Centro de Ciências Sociais aplicadas da Universidade Federal de Pernambuco, Recife.
- Cardoso, José Maria Alves (2000). A Região Norte de Minas Gerais: um estudo da dinâmica de suas transformações espaciais. In: OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins de. *Formação Social e Econômica do Norte de Minas*. Montes Claros: Ed. Unimontes.
- Campelo, Daniel Alves. As políticas públicas para a agricultura familiar brasileira em clima semiárido: do combate à convivência. *Revista Brasileira de Pós-Graduação*, Brasília, vol. 10, n. 21, fev., 2014.
- Castro, Mary Garcia (1997). Feminismos e feminismos, reflexões à esquerda. *Presença de Mulher*, n. 29, p. 3-9, São Paulo.
- Chabaud-Rychter, Danielle; Descoutures, Virginie; Devreux, Marie; Varikas, Eleni (2015). *O gênero nas ciências sociais: releituras críticas de Max Weber a Bruno Latour*. Brasília: Editora UnB.
- Chaves, Edneila Rodrigues (2005). *Território das minas na colonização portuguesa: contato entre culturas e ocupação*. XXIII Simpósio Nacional de História, Londrina.
- Correia, Sonia (2011). Os Conceitos de Gênero: Teorias, Legitimação e Usos. In: Barsted, Leila Linhares; Pitanguy, Jacqueline (Org.). *O progresso das mulheres no Brasil 2003-2010*. Rio de Janeiro: CEPIA; Brasília: ONU Mulheres, p. 339-345.
- Costa, João Batista de Almeida (1997). Cultura sertaneja: a conjugação de lógicas diferenciadas. In: SANTOS, Gilmar Ribeiro dos. *Trabalho, cultura e sociedade no*

- Norte de Minas Gerais: considerações a partir das Ciências Sociais*. Montes Claros: Best Comunicação e Marketing.
- Favareto, Ariane (2019). Relações de poder e gênero: análises das ciências sociais sobre as permanências e os avanços na desigualdade. *Revista Abordagens*, João Pessoa, v. 1, n.1: 81-95, jan./jun..
- Fraccaro, Glaucia (2018). *Os direitos das mulheres: feminismo e trabalho no Brasil (1917-1937)*. Rio de Janeiro: FGV Editora.
- Garcia, Carla Cristina (2015). *Breve história do feminismo*. São Paulo: Claridade.
- Gomes, Gustavo Maia (2001). *Velhas secas em novos sertões: continuidade e mudanças na economia do semiárido e dos cerrados nordestinos*. Brasília: IPEA, 294p.
- Gurgel, Telma (2010). Feminismo e Luta Classe: História, Movimento e Desafios Teórico-Políticos do feminismo na contemporaneidade. In: Fazendo Gênero 9 Diásporas, Diversidades, Deslocamentos. *Anais*. Santa Catarina.
- IBGE (2000). *Censo Demográfico de 2000*. Rio de Janeiro: IBGE.
- IBGE (2010). *Censo Demográfico de 2010*. Rio de Janeiro: IBGE.
- IBGE (2020). *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística*. Rio de Janeiro: IBGE.
- IBGE (2017). *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística*. Rio de Janeiro: IBGE.
- Lemos, Selise Teixeira de Freitas (2016). O trabalho das mulheres da agricultura familiar à indústria capitalista contemporânea e a incidência dos mitos nas relações de gênero na sociedade patriarcal. *Revista de Políticas Públicas*, Número Especial, p. 347-354.
- Lemos, José de Jesus Sousa; Santiago, Daiane Felix (2020). Instabilidade da agricultura familiar no Semiárido. *Revista de Política Agrícola*. v. 29, n. 1, p. 94-105.
- Lopes, Patrick Fernandes; Franco João Marcos Caixeta; Castro Júnior, Luiz Gonzaga; Santos Antônio Carlos; Cappelle Mônica Carvalho Alves (2016). O Pronaf e as racionalidades da agricultura familiar. *Revista Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 70-84.
- Lovatto, Patrícia; Cruz, Patrícia Postali; Mauch, Carlos Rogério (2010). Gênero, sustentabilidade e desenvolvimento: uma análise sobre o papel da mulher na agricultura familiar de base o papel da mulher na agricultura familiar de base ecológica. *REDES. Revista do Desenvolvimento Regional*, 15 (2): 191 - 212.
- Mata-Machado, Bernardo Novais da (1991). *História do sertão noroeste de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial.
- Medeiros, Rosa Maria; Ribeiro, Eduardo Magalhães (2003). O papel da mulher na agricultura familiar: dois estudos de caso. *Revista de Administração da UFLA*, v. 5, n. 1.
- Maciazeki-Gomes, Rita de Cássia M.; Nogueira, Conceição; Vázquez, Claudia Lazcano; Toneli, Maria Juracy (2016). Participação política e subjetividade – Narrativas de vida de trabalhadoras rurais do sul do Brasil. *Revista Psico*, Porto Alegre, v. 47, n. 2, p. 148-158.
- Pereira, Rosângela S (2015). Abordagem teórica sobre a questão de gênero e desenvolvimento rural: dos projetos assistenciais ao planejamento de gênero. In: Staduto, Jefferson Andronio Ramundo; Souza, Marcellino; Nascimento, Carlos Alves (Orgs.). *Desenvolvimento Rural e Gênero: abordagens analíticas, estratégias e políticas públicas*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, p. 17-41.
- Pinto, Céli Regina Jardim (2010). Feminismo, história e poder. *Revista de Sociologia Política*, v. 18, n. 36, p. 15-23.

- PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2010). *Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Brasileiro*. Brasília: PNUD, Ipea, FJP.
- Rodrigues, Luciene (2000). Formação Econômica do Norte de Minas e o período recente. In: Oliveira, Marcos Fábio Martins; Rodrigues, Luciene; Cardoso, José Maria Alves; Botelho, Tarcísio Rodrigues (Orgs.). *Formação Social e Econômica do Norte de Minas*. Montes Claros: Ed. Unimontes, p. 105-172.
- Röhnel, Priscila Barcelos Cardoso; Salomani, Giancarla (2010). O papel da mulher nas transformações da agricultura familiar: a pluriatividade como estratégia de reprodução social. XVI Encontro Nacional dos Geógrafos.
- Scavone, Lucila (2008). Estudos de gênero: uma sociologia feminista? *Revista de Estudos Feministas*, v. 16, n. 1, p. 173-186.
- Santos; Gilmar Ribeiro dos; Silva, Ricardo dos Santos (2011). *Desenvolvimento regional no Norte de Minas Gerais*. 35º Encontro Anual da ANPOCS.
- Saron, Flávio Arruda; Hespanhol, Antonio Nivaldo (2012). O Pronaf e as políticas de desenvolvimento rural no Brasil: o desafio da (re)construção das políticas de apoio agricultura familiar. *Geo UERJ*, Rio de Janeiro - Ano 14, n. 23, v. 2, p. 656-683.
- Schaaf, Van Der (2003). Jeito de mulher rural: a busca de direitos sociais e da igualdade de gênero no Rio Grande do Sul. *Sociologias*, 10, p. 412-442.
- Scott, Joan (1989). *Gênero: uma categoria útil para análise histórica*. Tradução. New Work: Columbia University Press, 1989. 29 p.
- Scott, Joan (1995). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, 16 (2): 5-22.
- Silva, Alessandra Maria (2019). *O Pronaf como meio de empoderamento da Mulher Rural: uma análise da participação feminina e da influência da mediação no estado do Espírito Santo*. Campos dos Goytacazes: UENF, 2019. 347 f. Tese (Doutorado em Produção Vegetal) - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Centro de Ciências e Tecnologias Agropecuárias, Campos dos Goytacazes.
- Silva, Roberto Marinho (2006). *Entre o combate à seca e a convivência com o semiárido: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento*. UNB, 2006. 286 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília.
- Silva, Roberto Marinho da (2007). Entre o combate à seca e a convivência com o semi-árido: políticas públicas e transição paradigmática. *Revista Econômica do Nordeste*, 38 (3): 466-485.
- Sorj, Bila (2016). Igualdade de gênero e políticas macroeconômicas. *Revista de Estudos Feministas*, 24 (2): 617-620.
- Teles, Maria Amélia de Almeida (2017). *Breve história do feminismo no Brasil e outros ensaios*. São Paulo: Editora Alameda.
- Tolentino, Michel Leonard Duarte de Lima (2016). Da revolução verde ao discurso do PRONAF: a representação do desenvolvimento nas políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil. *Revista Cerrados*, Brasília, v. 14, n. 2, p. 93-124.